

**CIÊNCIA, INOVAÇÃO
E SOCIEDADE**
**SÓ COM O FIM DA
PRECARIIDADE**

 **ENCONTRO
DEC(i)ÊNCIA**

15 DE JULHO, 09H00 | CENTRO DE CONGRESSOS DE LISBOA

- PRECARIIDADE

+ CONTRATOS

+ FINANCIAMENTO

+ DEMOCRACIA

FIM DAS BOLSAS



FENPROF



ABIC



federação

Transportes organizados: contacta os sindicatos da tua região. Participa.

1. **PRECARIEDADE**

NÃO É MODELO, É OBSTÁCULO AO FUTURO DA CIÊNCIA

A ciência em Portugal vive sob uma lógica de precariedade estrutural: bolsas de investigação em vez de contratos de trabalho, vínculos temporários que escondem funções permanentes, ausência de perspectivas de carreira.

Esta situação, resultado de opções políticas dos governos PSD/CDS e PS, decorrente quer da contratação a prazo de trabalhadores científicos e falsos docentes convidados, quer do recurso ao Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) que representa uma forma institucionalizada de exclusão de direitos laborais e sociais, é totalmente inaceitável.

A 29 de maio de 2025 entrou em vigor a Lei n.º 55/2025, que aprova o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) e o Regime Comum das Carreiras Próprias de Investigação Científica em Regime de Direito Privado (RCCPIC).

Graças à luta persistente dos investigadores, o diploma tem alguns avanços, mas apresenta aspectos dúbios e falhas graves. Além disso, os seus efeitos positivos são ameaçados pelas dificuldades de implementação e financiamento insuficiente.

EXIGIMOS

- **Regularização imediata dos vínculos precários de todos os trabalhadores com funções permanentes**, incluindo investigadores, técnicos, gestores e docentes convidados, nomeadamente através da implementação de um regime transitório, **com financiamento adequado, pelo Orçamento do Estado (OE)**, que abranja todos estes profissionais.
- Urgente **definição de mecanismo permanente e continuado de financiamento da integração na carreira de investigação científica** com necessária dotação orçamental em sede de OE.
- **Implementação plena, justa e devidamente financiada do novo ECIC, revogando totalmente o EBI**, assegurando a integração efetiva de todos os investigadores e evitando novos bloqueios contratuais.
- **Compensação contributiva para efeitos de reforma de todos os trabalhadores abrangidos pelo EBI**, actualmente ou no passado.
- Enquanto o EBI não for revogado, **atualização extraordinária do valor das bolsas ainda em 2026** e um novo regime de atualização automática, de acordo com o aumento do custo de vida.
- **Implementação da carreira de regime especial para os trabalhadores que, não tendo o grau de doutor, exercem funções técnicas de investigação de elevada complexidade e responsabilidade** e que, atualmente, se encontram nas carreiras gerais da AP.

2. FINANCIAMENTO

GARANTIR UM FUTURO PARA A CIÊNCIA

A sustentabilidade da Ciência exige um compromisso claro com o seu financiamento público, estável e previsível. Desde 2017, o Estado investiu em mais de 7 mil contratos com doutorados através do Programa de Estímulo ao Emprego Científico. Porém, a esmagadora maioria desses contratos já chegou ou está a chegar ao fim, sem uma resposta adequada à dimensão do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN). O recurso quase total à contratação a prazo levou ao esvaziamento da carreira.

O financiamento limitado de projetos de investigação (taxas de aprovação <8%), a falta de regularidade dos concursos, os atrasos na divulgação dos resultados e a sua curta duração, comprometem a qualidade da investigação.

A situação agrava-se com os cortes recentemente impostos ao financiamento de dezenas de unidades de investigação, afetando especialmente aquelas avaliadas com a classificação de “Muito Bom” e classificações inferiores. Estas reduções acontecem num contexto de subfinanciamento estrutural que há décadas fragiliza o SCTN, comprometendo a continuidade de projetos, colocando em risco postos de trabalho, impossibilitando a urgente integração de profissionais científicos e a valorização das suas carreiras (investigação, docência e técnica) e acentuando a instabilidade num setor estratégico para o país.

Este desinvestimento é duplamente prejudicial: compromete o presente e impede o futuro. Diversos estudos internacionais demonstram que cada euro investido em ciência pode gerar 4 a 8€ de retorno, o que sublinha a irracionalidade económica dos cortes agora impostos.

EXIGIMOS

- **Financiamento público do emprego científico de doutorados que garanta a sustentabilidade e o crescimento do SCTN.**
- **Financiamento anual de projetos de investigação (fundamental e aplicada) de longa duração (>3 anos), e cumprimento de prazos para divulgação dos resultados.**
- **Reposição imediata do financiamento às Unidades de Investigação afetadas pelos cortes, assegurando a continuidade dos projetos em curso e a estabilidade das equipas.**
- **Aumento das transferências públicas para as instituições de ensino superior e de ciência, invertendo o subfinanciamento crónico.**
- **Aumento do financiamento, via OE, para os Laboratórios do Estado, de modo a travar o seu declínio e a dotar as instituições de recursos humanos e técnicos para poderem cumprir a sua missão.**
- **Discussão profunda do modelo de funcionamento da AI², garantindo transparência, previsibilidade e uma orientação assente em estratégias científicas de médio e longo prazo.**
- **Cumprimento da meta de investimento público em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de 3% do PIB até 2030, sem sacrificar a investigação fundamental em favor de lógicas exclusivamente economicistas e de ciência aplicada a curto prazo.**

3. DEMOCRACIA

AS INSTITUIÇÕES E A COMUNIDADE A PARTICIPAR, PENSAR E DECIDIR A CIÊNCIA ENQUANTO BEM PÚBLICO

A atual estrutura do ensino superior e da ciência é marcada pela centralização do poder, ausência de transparência e erosão da democracia interna.

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), que regulamenta o modelo fundacional e de gestão empresarial e a abertura às instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL), alienou o controlo democrático das instituições e acentuou a precariedade e a desigualdade. O ambiente académico tornou-se mais propício à endogamia, ao assédio e à degradação das condições de trabalho e saúde mental.

A sua reformulação aprovada este ano não resolve nenhum destes problemas, pelo contrário, impede a participação democrática dos investigadores e docentes precários na democracia das instituições, ao mesmo tempo que aumenta o poder dos membros externos.

A recente extinção da agência financiadora da ciência em Portugal e sua subsequente substituição pela AI2, criada pela fusão da FCT e ANI, constitui um dos mais recentes ataques ao SCTN. Esta reforma, decidida sem a auscultação prévia da comunidade académica, resulta da junção de duas instituições com missões demarcadas, criando um sistema de governo bicéfalo que em nada resolve os verdadeiros problemas da ciência. Vem afunilar a produção científica, instaurando lógicas de curto prazo com uma preferência demarcada pela ciência aplicada ao invés da ciência fundamental e das ciências sociais.

EXIGIMOS

- **Revogação dos mecanismos de gestão antidemocráticos introduzidos pelo RJIES.**
- **Construção de instituições de ensino superior orientadas por modelos colegiais, participados e transparentes, centrados na produção e transmissão de conhecimento crítico.**
- **Valorização da função pública da ciência e da academia**, reconhecendo a liberdade científica e pedagógica como pilar essencial.
- **Rejeição da instrumentalização da ciência por lógicas mercantilistas, concorrenciais e armamentistas.**
- **A transparência no funcionamento da nova agência e a aplicação de mecanismos de escrutínio democrático acessíveis a toda a comunidade.**
- **A garantia da valorização da ciência fundamental e das ciências sociais**, matéria de interesse público.
- **O reforço orçamental da agência financiadora e o fim do subfinanciamento crónico das instituições**, garantindo estabilidade a quem trabalha.